

# A capital da República cuida das mulheres



» CELINA LEÃO  
Vice-governadora do DF

Omês de março não é apenas um período de homenagens, mas obrigatoriamente de muita ação. Este ano, o Calendário Março Mais Mulher reúne mais de 300 iniciativas do Governo do Distrito Federal voltadas ao público feminino, promovendo segurança, capacitação e oportunidades. Entre elas, o Meninas em Ação inspira alunas do ensino médio a enxergarem um futuro sem limitações, mostrando que podem ser o que quiserem.

O Dia Internacional da Mulher deveria ser apenas um momento de celebração. Uma data para exaltar conquistas, reconhecer avanços e reafirmar o compromisso com um futuro onde todas as mulheres tenham liberdade, respeito e oportunidades reais. Mas a realidade exige mais do que comemorações. Muitas ainda vivem sob ameaças, lidando com desafios diários que limitam seu direito de viver com dignidade e segurança. A violência de gênero segue sendo um obstáculo que precisa ser combatido com rigor, interrompendo trajetórias e afetando famílias inteiras.

É por isso que, além de reconhecer os avanços, precisamos agir todos os dias. E, no Distrito Federal, essa ação já é uma prioridade. Com um olhar atento às necessidades das mulheres, fortalecemos políticas públicas para garantir segurança, acolhimento e independência. O programa Segurança

Integral, da Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP-DF), tem um eixo exclusivo para proteger as mulheres: o Mulher Mais Segura. Mas segurança não se faz apenas com palavras, é preciso inovação, tecnologia e medidas eficazes para salvar vidas.

Entre as ações concretas, está o Dispositivo de Proteção à Pessoa (DPP), que monitora em tempo real vítimas e agressores, garantindo que permaneçam a uma distância segura. Já o Viva Flor permite que a mulher em risco acione ajuda com um simples toque. Hoje, 1.100 pessoas são assistidas por esses dispositivos e, desde 2018, mais de 3,6 mil mulheres foram protegidas. São números que representam vidas salvas, mulheres que puderam recomeçar sem o peso do medo.

Esse trabalho já foi reconhecido nacionalmente. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Prêmio de Boas Práticas 2024 – Segurança Pública, do Consórcio Brasil Central (BrC), destacaram nossas iniciativas. Mas o reconhecimento mais valioso é outro: mulheres vivas, seguras e reconstruindo suas histórias.

A denúncia é uma ferramenta indispensável nessa jornada. Além de interromper ciclos de violência, orienta a criação de políticas públicas mais eficazes. Mas denunciar não pode ser um ato solitário. O Estado precisa estar pronto para acolher cada mulher que busca ajuda. No DF, essa rede de proteção é uma referência nacional.

Em 2023, a Casa da Mulher Brasileira (CMB) prestou mais de 12,6 mil atendimentos, auxiliando 1.577 mulheres. A Casa Abrigo garantiu a segurança de 328 mulheres e seus filhos, totalizando 9,5 mil atendimentos. Os Centros Especializados de Atendimento à Mulher (Ceam) atenderam 749 mu-

lheres, somando 5,9 mil atendimentos. O Espaço Acolher (NAFAVD) realizou mais de 10,8 mil atendimentos, incluindo 1,2 mil voltados para homens, porque a conscientização masculina é essencial para romper o ciclo de violência.

Mas segurança não é o único direito fundamental. Independência também é. Por isso, essas unidades vão além do acolhimento emergencial. Além de suporte jurídico e psicológico, oferecem capacitação profissional, porque garantir autonomia financeira é um passo essencial para que nenhuma mulher precise continuar em um ambiente abusivo por falta de alternativas.

Essa rede de cuidado se estende ainda mais com o Programa Direito Delas, da Secretaria de Justiça do DF (Sejus-DF), que já realizou 7.559 atendimentos em 2024, auxiliando 1.527 pessoas. Iniciativas como o Papo Delas, que promove diálogos sobre liderança e prevenção à violência, e o Conversa com Eles, que leva conscientização a cantoneiros de obras, reforçam um ponto fundamental: a igualdade de gênero precisa ser discutida em todos os espaços.

A missão do Governo do Distrito Federal é clara. Proteger as mulheres não é uma escolha, é um dever. Mas queremos ir além. Queremos que Brasília seja reconhecida não apenas como uma cidade que protege suas mulheres, mas como um lugar onde elas prosperam, crescem e se tornam protagonistas das próprias histórias.

Respeito, segurança e liberdade não podem ser promessas vazias. São compromissos inegociáveis que guiam nossas políticas públicas. Só assim Brasília será, de fato, a capital das mulheres.

## “Temos a permissão de ser exatamente quem somos”



» ROZANA REIGOTA NAVES  
Reitora da Universidade de Brasília (UnB)

A frase que dá título a este artigo é atribuída a Nina Simone, uma das mais belas vozes do jazz norte-americano — cantora, compositora e pianista, mulher negra, ativista dos direitos civis dos negros naquele país.

Neste 8 de março (8M), Dia Internacional da Mulher, não é demais lembrar a versão adaptada do título: as mulheres podem ser o que elas quiserem. Com essas palavras, reafirmamos o espaço da mulher enquanto ser essencial da tessitura social, política, econômica e científica no mundo. Reconhecemos, também, a autonomia da mulher sobre o seu corpo e a sua vida. Sobre essa completude, pontuou Clarice Lispector: “Sou uma mulher, sou uma pessoa, sou uma atenção, sou um corpo olhando pela janela. Talvez seja isso que se poderia chamar de estar viva.”

O 8M simboliza a luta e as conquistas das mulheres operárias russas, na greve de 1917, por melhores condições de trabalho e de vida. Neste ano de 2025, a data é celebrada na mesma semana em que o cinema brasileiro foi consagrado, pela primeira vez, com a premiação máxima do circuito cinematográfico, recebendo o Oscar de melhor filme internacional. *Ainda estou aqui* levou ao mundo, pela expressão dramática de duas mulheres — Fernanda Torres e Fernanda Montenegro —, a história de vida de uma outra mulher, Eunice Paiva, sua luta para proteger e cuidar da família, seu ativismo em defesa dos direitos humanos das vítimas e dos familiares de desaparecidos durante a ditadura militar no Brasil.

Não são poucas as mulheres responsáveis por suas famílias no país. Dados do Censo de 2022, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que, no Distrito Federal, 49,5% dos domicílios são chefiados por mulheres — um importante crescimento de 6%, em comparação com o Censo de 2010.

Na Universidade de Brasília (UnB), as mulheres são maioria entre estudantes (52,7% nos cursos de graduação e 53,4% nos cursos de pós-graduação) e entre servidores técnico-administrativos (51,9%). Entre docentes, as mulheres representam 45,4%, sendo que, dos grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 47,8% são liderados por elas.

Apesar disso, apenas 31% dos pesquisadores de nível IA do CNPq são mulheres, e o número de mulheres nos cursos das áreas de ciências exatas e tecnologias também cai para cerca de 30%. Os dados evidenciam a necessidade, cada vez maior, de implementarmos políticas voltadas para a equidade de gênero, em todas as esferas.

A Universidade de Brasília (UnB) abre as atividades do 8M tendo como tema Tolerância zero contra assédios e violências de gênero. A programação, disponível na página da Secretaria de Direitos Humanos da UnB (<https://sdh.unb.br/2025/02/28/agenda-8m-2025/>), foi construída democraticamente, com a participação das mulheres da nossa comunidade interna, e visa promover a dimensão educativa em direitos humanos e, assim, potencializar um ambiente respeitoso, plural e livre de assédios e violências de gênero, dentro e fora da universidade.

A celebração do 8M coincide, ainda, com a cerimônia do 1º Prêmio Mulheres e Ciência, pelo CNPq, que reconheceu a potencialidade e a trajetória de mulheres cientistas, como a professora e pesquisadora Débora Diniz Rodrigues (UnB), agraciada com o prêmio na área de Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes.

A programação organizada pela Secretaria de Direitos Humanos tem, também, como objetivo produzir material para a elaboração de cartilhas e campanhas institucionais para o enfrentamento aos assédios e às violências de gênero. Além disso, a Reitoria está organizando, com o apoio da Procuradoria Federal junto à UnB, um curso sobre o tema para os novos gestores e pretende nomear uma comissão para analisar proposta de adesão da UnB ao Marco Referencial para a Igualdade de Gênero em Instituições de Ensino Superior no Brasil.

Promover a equidade de gênero implica reconhecer, com Audre Lord — negra, escritora, feminista, lésbica, filha de imigrantes caribenhos que moravam nos EUA —, que “nenhuma de nós será livre enquanto alguma mulher não o for, mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes das nossas”. Implica, igualmente, problematizar que o enfrentamento aos assédios e às violências de gênero devem importar também aos homens, importantes atores nessa importante tarefa coletiva.



## Mulheres negras em espaços de poder: avanços e desafios estruturais



» ROSILENE DA COSTA  
Doutora em literatura, professora e liderança do Movimento Autônomo de Mães (Mama)

No fim de janeiro, o presidente Lula reuniu seus 39 ministros e ministras. A foto oficial do momento circulou na mídia, apresentando a mudança significativa da composição do alto escalão do governo. O grupo ministerial é composto por um número histórico de mulheres, e especialmente de mulheres negras. Isso não é fruto do acaso, mas, sim, da mobilização contínua de movimentos negros e feministas, que reivindicam representatividade e participação nos espaços de poder.

Ter cinco ministras de Estado negras no governo não apenas rompe barreiras, como reafirma a necessidade de também assumirmos outras pastas, pois ainda não há equilíbrio nos espaços de poder. Continuamos sub-representadas em áreas como economia, governança, inovação e planejamento — fundamentais para as transformações estruturais do país.

Vivenciei a transformação da universidade com as cotas raciais e vi que as políticas afirmativas foram decisivas para ampliar a entrada de negros e negras no ensino superior e em diversas áreas profissionais. Em 2001, quando ingressei na universidade, a presença de estudantes negros era reduzida e limitada a poucos cursos. O cenário mudou

expressivamente após a Lei de Cotas (2012). Já no doutorado, testemunhei a ampliação da diversidade racial nos campi.

O Censo da Educação Superior mostra que, desde 2012, triplicou o número de estudantes negros/as nas universidades, refletindo o sucesso das políticas afirmativas. Esse aumento diversificou salas de aula e impactou a produção acadêmica, promovendo perspectivas e debates plurais, fortalecendo a consciência política sobre raça e gênero. Além disso, a presença de mulheres negras na pós-graduação cresceu, desafiando a exclusão desse grupo da elite intelectual e científica do país.

Contudo, o ingresso na universidade não é suficiente para garantir a ocupação de espaços estratégicos no mercado de trabalho e na política. A transição para cargos de liderança ainda é marcada por racismo, desigualdade e falta de rede de apoio. Mesmo no serviço público, em que a reserva de vagas para negros foi ampliada em concursos federais, a ascensão a cargos de gestão e formulação de políticas ainda é um desafio. Segundo o Ipea, menos de 5% dos cargos de direção em órgãos federais são ocupados por mulheres negras. É importante ocupar cargos ministeriais em pastas que dialogam diretamente com movimentos sociais, que fazem a gestão de pautas que nos afetam diariamente, mas isso não basta. O poder econômico é central para a mudança estrutural, e a ausência de mulheres negras em setores estratégicos, como economia e planejamento, limita a construção de políticas mais inclusivas.

Para que mulheres negras tenham um papel efetivo na formulação das políticas de equidade, é fundamental que elas ocupem cargos de liderança em bancos públicos,

ministérios estratégicos e agências reguladoras. Além disso, é necessário que a agenda político-econômica fortaleça o empreendedorismo negro e os programas de incentivo à participação de mulheres negras em setores historicamente dominados por homens brancos, como tecnologia, economia e inovação.

As mulheres negras compõem a base da pirâmide social e são a sustentação da nossa economia, tanto no mercado formal quanto no trabalho invisibilizado do cuidado. No entanto, sua presença nos espaços de formulação de políticas econômicas ainda é mínima. Um Brasil mais justo só será possível quando as decisões que afetam toda a população forem tomadas por um corpo político que represente sua diversidade. Assim, a foto da reunião do presidente e sua equipe é, sem dúvida, um retrato do avanço conquistado. Mas ainda não garante mudanças estruturais. Precisamos de ações que assegurem que essas ministras e outras mulheres tenham real influência em decisões estratégicas.

O Dia Internacional da Mulher de 2025 tem o lema: “Para todas as mulheres e meninas: Direitos. Igualdade. Empoderamento.” Para que isso se concretize, é preciso incluir propositalmente as mulheres negras nos debates sobre economia, finanças, planejamento e governança. É preciso garantir acesso à educação, investir na formação de lideranças negras e estruturar políticas antirracistas nos espaços de decisão. A luta não é apenas por mais mulheres negras na política, mas, sim, pelo reconhecimento de nosso protagonismo e pela nossa liderança no desenho e na implementação de políticas públicas de impacto. O futuro do Brasil depende dessa mudança, e ela precisa acontecer agora.